

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 227 - Brasília, sexta-feira, 17 de maio de 1996

Alterado o crédito educativo

Substitutivo do senador Geraldo Melo a projeto de lei da Câmara que altera o crédito educativo foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta beneficia alunos carentes com bom desempenho acadêmico.

Página 2



O plenário discutiu exaustivamente a operação de socorro ao Banespa antes de aprovar o empréstimo

Senado autoriza o empréstimo de R\$ 7,5 bilhões para sanear Banespa

Decisão envolveu muito debate e, segundo alguns senadores, pode abrir caminho para uma repactuação geral das dívidas de estados e municípios

Aprovados US\$ 450 milhões para rodovia

O Senado aprovou projeto de resolução autorizando a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 450 milhões, para financiar parcialmente o projeto de modernização da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis. A dívida será amortizada em prestações semestrais e consecutivas.

Conforme a resolução aprovada, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre, determinada pelos custos dos empréstimos qualificados tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescidos de margem que o banco fixar periodicamente de acordo com sua taxa de juros.

O governo do estado de São Paulo foi autorizado ontem pelo plenário do Senado a contrair empréstimo de R\$ 7,5 bilhões junto ao Tesouro Nacional para liquidar metade de sua dívida com o Banespa. A decisão teve os votos contrários dos senadores Osmar Dias (PR), Roberto Requião (PMDB-PR), Esperidião Amin (PPB-SC), José Alves (PFL-SE), Bello Parga (PFL-MA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Conforme o líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), o ajuste proposto para as dívidas do governo de São Paulo com o Banespa será o primeiro, sendo que "os próximos ajustes beneficiarão outros estados".

O plenário do Senado rejeitou também três emendas ao projeto, acompanhando o voto do relator, Pedro Piva (PSDB-SP). Após duas horas de debates, com muitos argumentos contrários, o relator, com o

apoio do líder do governo, reconheceu que a votação era "difícil e complicada", mas solicitou uma decisão. Pela liderança do PSDB, José Roberto Arruda (DF) também rebateu as críticas.

Osmar Dias argumentou que o saneamento do Banespa não tomará o banco viável e que a decisão provoca uma elevação da dívida pública. Pelos cálculos do senador, o socorro que já foi dado a bancos públicos e privados e à Prefeitura de São

Paulo, juntamente com a securitização da dívida de grandes empresários rurais, soma R\$ 50,3 bilhões.

Na opinião de Jader Barbalho (PMDB-PA), os pontos destacados por Osmar Dias sobre o Banespa "têm a maior procedência", mas os senadores estavam atendendo ao governo de São Paulo e não ao banco.

João Rocha (PFL-TO) destacou que os R\$ 7,5 bilhões para

sanear o Banespa representam, de fato, cerca de R\$ 21 bilhões aos cofres da União.

Esperidião Amin contestou as garantias oferecidas pelo governo de São Paulo para o empréstimo e propôs um projeto alternativo em que a garantia deveria abranger "todas as carteiras de ações" do governo estadual.

Bello Parga alertou que a operação envolve "um risco gigantesco". Roberto Requião, por sua vez, afirmou que a melhor solução seria que o Banespa, e seu prejuízo, fossem assumidos pela União.

José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminharam favoravelmente o projeto do relator. Para Dutra, o saneamento do Banespa levará a "uma repactuação geral das dívidas de estados e municípios". Além disso, a alternativa à proposta seria a federalização do banco e sua venda por preço simbólico ao setor privado, com socorro do Proer, o que resultaria em dívida semelhante.

Plenário rejeitou três emendas ao projeto, acompanhando voto do relator

Rocha propõe plebiscito em 98 sobre reeleição



Rocha

A conveniência de reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, bem como a de se manter ou extinguir o voto obrigatório, poderá ser decidida em plebiscito a ser realizado no dia 21 de abril de 1998, se aprovada proposta de emenda à Constituição apresentada ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

O senador acredita que a sua proposta contribuirá para o debate sobre a reeleição do presidente da República e trará à discussão o voto facultativo.

- A participação do povo nas decisões políticas consagra com eficácia a recuperação da soberania popular - afirmou Sebastião Rocha, defendendo sua proposta sobre o plebiscito.

Lucena lamenta a morte de Olivieri, publicitário do DF

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentou ontem o falecimento do publicitário e bacharel em Direito João Batista Olivieri, ocorrido quarta-feira em Brasília. Lucena exaltou as qualidades profissionais de Olivieri, e disse que a sua morte "deixou um vazio muito grande tanto no espaço social quanto no setor publicitário do Distrito Federal". Segundo o senador, o mineiro João Batista Olivieri era uma espécie de embaixador de Patos de Minas na capital da República, onde residia desde 1960.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

Maldaner teme que previdência siga o modelo perverso da saúde

Ele alerta para "graves denúncias" contra empresas de medicina privada e afirma estar convencido de que o Senado não se omitirá

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem ser cada vez mais forte a impressão de que, no Brasil, as empresas de medicina privada fazem o que querem, enquanto o governo assiste a tudo de braços cruzados. Segundo o senador, "as graves denúncias" publicadas pela revista *Veja* "demonstram as enormes dificuldades enfrentadas pela classe média, e nos induzem a prever que as empresas de previdência privada seguirão o mesmo modelo perverso".

Para Maldaner, embora a Constituição estabeleça que "a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social", isso não significa qualquer impedimento à atuação da previdência privada. "O que não



Casildo Maldaner

podemos admitir nem tolerar é a tentativa de desmantelamento da Previdência Social, com o objetivo de fomentar e incentivar a indústria da previdência privada", afirmou.

No seu entendimento, "o Senado Federal não pode permitir que o mero jogo das forças de mercado venha agravar, ainda mais, o caos social já existente na saúde". Maldaner acentuou que a gravidade das denúncias sobre os planos privados de saúde deve servir de alerta para o que poderá bre-

vemente ocorrer com os planos de previdência privada.

Afirmado que são divergentes as opiniões sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo federal, com mais de 160 projetos a serem apreciados pelo Congresso, Maldaner se disse convicto de que "o Senado não se omitirá diante dessa ameaça aos direitos dos trabalhadores e exigirá providências do Executivo e do Judiciário".

O senador informou que 870 empresas atuam no ramo da saúde privada, com faturamento superior a 10 bilhões de dólares, e mais de 10 mil queixas contra a atuação desses grupos são registradas anualmente apenas no Procon de São Paulo, envolvendo cláusulas enganosas, estelionato, descumprimento de contrato, dentre outras irregularidades.

Senado altera crédito educativo para beneficiar alunos carentes

O Senado aprovou ontem substitutivo do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) a projeto de lei da Câmara que altera a lei do crédito educativo. Pelo texto aprovado, o financiamento dos encargos educacionais poderá variar de 50% a 100% do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior participante do programa. O projeto agora volta para nova deliberação da Câmara.

Pelo texto aprovado, poderá beneficiar-se do crédito educativo o estudante comprovadamente carente que apresente bom desempenho

acadêmico.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relatou a matéria em plenário, dizendo que o substitutivo procurou compatibilizar as intenções do projeto aprovado na Câmara com a realidade. Ele deu parecer favorável ao substitutivo e contra as emendas apresentadas pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que queria fixar uma mensalidade de R\$ 100,00 para a manutenção dos estudantes de baixa renda. Tanto Dutra quanto a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) criticaram o fato de que matéria tão importante não tenha chegado ao plenário para ser votada com mais calma.



Geraldo Melo

Na mesma sessão, o Senado aprovou projeto autorizando a União a reescalonar seus créditos junto à República de Angola, no valor de US\$ 436,4 milhões. Aprovou também projeto autorizando o governo a celebrar contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governamentais, negociados no âmbito do Clube de Paris.

Lobão relata o que governo fará em prol do Nordeste

Depois de encontro com o ministro José Serra, senador considerou positivas ações que "amenizarão" graves problemas da região

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que um grupo de parlamentares nordestinos esteve com o ministro do Planejamento, José Serra, para discutir o documento que fixa as



Edison Lobão

ações prioritárias do governo federal para o Nordeste. Entre as principais ações a serem desenvolvidas na região, Lobão destacou a formulação de um

programa de desenvolvimento de recursos hídricos para o Nordeste semi-árido, a intensificação da atuação do BNDES, a criação de empregos, o programa de valorização do ensino básico e do magistério e as medidas programadas para a redução da mortalidade infantil.

- Evidentemente que tais ações não vão resolver todos os

graves e históricos problemas do Nordeste, apenas os amenizarão. Constituem, porém, o primeiro passo dado pelo governo em direção a uma solução - disse Edison Lobão.

Segundo o senador, o Nordeste representa um terço do território, um terço da população do país e, por essa razão, deve merecer atenção prioritária do governo. Lobão acrescentou que a região oferece todas as condições para ajudar substancialmente no desenvolvimento nacional.



Eduardo Suplicy

Suplicy reclama solução para a greve de servidor

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que se a reforma do Estado é importante para o presidente da República é necessário que haja estímulo para que o servidor público possa bem atender à população. Segundo o senador, os partidos políticos com representação no Senado estão empenhados no sentido de que o governo solucione o mais rápido possível o impasse com a categoria, que está há 17 meses sem reajuste salarial.

Suplicy informou que, atendendo a apelo dos servidores em greve, ele e mais seis senadores estiveram nesta quinta-feira em audiência com o ministro da Administração Federal, Bresser Pereira. Lembrando que no diálogo com os servidores o ministro da Fazenda, Pedro Malan, havia afirmado que a questão da categoria seria resolvida por Bresser Pereira, Eduardo Suplicy disse que os senadores pediram ao titular da Administração que sinalizasse com alguma "ação de boa vontade ou perspectiva de aumento".

Segundo Suplicy, o ministro alegou que, embora a inflação esteja relativamente baixa, "não há agora perspectiva de aumento", e só com a volta dos servidores ao trabalho poderia tratar do assunto.

Também participaram da audiência os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Emília Fernandes (PTB-RS), Júnia Marise (PDT-MG) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

Suassuna acredita em vontade política

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que também esteve ontem com o ministro do Planejamento, José Serra, durante o anúncio de uma série de medidas para o desenvolvimento do Nordeste, afirmou que pela primeira vez verificou uma vontade política por parte do governo federal para implementar naquela região ações que a bancada nordestina está clamando há muito tempo.

O senador disse que o próprio ministro do Planejam-

to reconheceu que o problema da pobreza não é um problema nordestino, mas nacional. De acordo com Suassuna, o ministro Serra afirmou que se a miséria continuar concentrada no Nordeste de nada adiantará tentar combater o problema no país.

- Cabe a nós, 27 senadores do Nordeste, cobrar, dia a dia, o desenvolvimento das ações



Ney Suassuna

anunciadas pelo governo. Não estaremos fazendo favor, mas clamando por justiça - disse Ney Suassuna.

Em aparte, o senador Freitas Neto apoiou o discurso de Ney Suassuna, fazendo, porém, uma ressalva. Segundo Freitas, as ações governamentais para o Nordeste são sempre anunciadas mas nunca implementadas.

Freitas Neto pede maior atenção ao Piauí

O senador Freitas Neto (PFL-PI) disse ontem que o governo federal precisa dar mais atenção ao estado do Piauí. "Em mais de 80 anos de existência, o Dnocs garantiu ao estado apenas 1% da água que acumulou no Nordeste", afirmou. Para demonstrar a falta de atenção federal, o senador



Freitas Neto

citou a construção do açude Joana, inaugurado na semana passada, que demorou mais de 15 anos para ser concluído.

No Nordeste, existem 52 obras inacabadas, a maioria iniciada pelo Dnocs, e sua conclusão não custará caro, conforme Freitas Neto. Ele informou que o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, vem pedindo ao governo verbas de R\$ 20 milhões por mês, o que permitiria a finalização de todas as barragens e açudes iniciados no Nordeste num prazo de 30 meses.

- Isto totalizará em dois

anos e meio R\$ 600 milhões, o que equivale a menos de 20% dos juros correspondentes à dívida do Banesp desde que foi colocado sob regime de administração especial - comparou.

Freitas Neto disse ainda que está tramitando no Senado um projeto de sua autoria, com apoio de toda a bancada do Piauí e do Maranhão, que amplia a área de atuação da Codevasf para o vale do Parnaíba. O senador reclamou maior atenção para os problemas dessa região.

Iris e Arruda propõem a criação de região metropolitana do DF e Entorno

Objetivo do projeto é evitar "a formação de um cinturão de miséria e violência" em torno da capital do País

Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentaram ontem projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, e a instituir um Fundo Complementar de Desenvolvimento dessa área.

Iris Rezende explicou que a iniciativa visa a "criar condições melhores de flexibilização para a atuação da União e dos estados nos municípios do en-



Iris Rezende



Arruda

torno do DF, buscando corrigir sérias distorções que agravam a cada dia a situação de quase um milhão de habitantes dessa região".

A proposição, conforme Iris, viabiliza ações capazes de "reverter o processo de degradação da qualidade de vida na

região circunvizinha de Brasília, dando melhores perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico aos municípios do entorno".

- A situação é grave e o diagnóstico é consensual: o governo estadual e as municipalidades do entorno não têm condições de oferecer, convenientemente, saúde, escola, transporte, segurança, energia e saneamento básico aos seus moradores. O resultado disso tem sido a formação de um "cinturão de miséria e violência", como definiu o *Correio Braziliense* em editorial - disse o senador por Goiás.

Senadores debatem opções de casa mais barata

O secretário de Habitação da cidade de São Paulo, Lair Kreinbuh, protestou contra a exclusão do projeto Cingapura dentre as experiências selecionadas para serem



Comissão ouve propostas para moradia

apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Habitacionais (Habitat 2), a realizar-se em junho, em Istambul.

Lair Kreinbuh esteve na manhã de ontem na audiência pública da comissão especial do Senado destinada a acompanhar as propostas, as teses e os procedimentos ne-

cessários à participação do Brasil naquela conferência. A comissão, presidida pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), também ouviu Patrick Bodart e Yves Cabannes, representantes do projeto Gret-Ceará, iniciativa de uma organização não governamental francesa que desenvolve programa de moradias nesse es-

tado.

Lair Kreinbuh esclareceu ao relator da comissão, Casildo Maldaner (PMDB-SC), que as residências construídas pelo Cingapura têm 42 metros quadrados e custam para o morador R\$ 14.500,00, ficando o metro quadrado ao preço de R\$ 360,00.

Já Patrick Bodart informou que em oito anos o projeto Gret construiu 2 mil residências, com 32 metros quadrados, a um preço de R\$ 1.500,00 por unidade. Participaram dos debates os senadores Júlio Campos (PFL-MT), Gerson Camata (PMDB-ES), Romero Jucá (PFL-RR), Levy Dias (PPB-MS) e Espereidião Amin (PPB-SC).

Campanha vai divulgar como Senado funciona

Uma campanha dirigida aos alunos das escolas de nível superior vai mostrar a importância do Senado para a democracia e como a instituição participa do processo de elaboração das leis. Segundo o diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, os universitários têm uma noção vaga do papel do Senado e de como se faz uma lei no país.

- Normalmente os estudantes sabem que o Congresso Nacional é constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Mas desconhecem que os deputados representam o povo e os senadores a federação - explica Agacieli Maia. Por isso, o número de deputados é proporcional ao número de eleitores de cada estado, mas o de senadores é igual para todos os estados. Com isso, mantém-se o equilíbrio da federação, pois um estado rico e populoso não conseguirá impor uma legislação que prejudique um estado mais fraco.

A primeira palestra foi feita por Agacieli Maia aos estudantes de Administração da UnB. As escolas interessadas em receber um palestrante do Senado devem se comunicar com a Secretaria de Comunicação Social pelo telefone (061) 311-3330. Os palestrantes estão preparados para explicar em detalhes os trâmites de um projeto, quando se tratar de estudantes de Direito.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adílio Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal